



Diálogos

ISSN 2177-2940



A Santa Sé e os projetos para reorganizar as dioceses na província eclesiástica de Cuiabá (1910 - 1927)

 <https://doi.org/10.4025/dialogos.v28i1.66203>

Jérri Roberto Marin

 <https://orcid.org/0000-0003-0882-1359>

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). Campo Grande-MS, BR

E-mail: jerrimarin@gmail.com

The Holy See and the projects to reorganise the dioceses in the ecclesiastical province of Cuiabá (1910 - 1927)

Abstract: The objective of this article is to analyze the projects to reorganize the ecclesiastical province of Cuiabá, focusing on the proposal to extinguish the diocese of Corumbá, of 1910, and the fusion of the territories of the dioceses of Corumbá and Cáceres, discussed between the years 1925 and 1927. In this context, the Holy See intended to expand the number of ecclesiastical circumscriptions, but the two proposals went against this process. For the development of this research, I employ the perspectives of Global History and New Political History, which have contributed to a deeper understanding of ecclesiastical practices, political representations, and sociocultural aspects.

Key words: Catholic Church, Catholic Reforms, Holy See, Diocese of Corumbá, Diocese of Cáceres, Ecclesiastical Province of Cuiabá.

La Santa Sede y los proyectos de reorganización de las diócesis de la provincia eclesiástica de Cuiabá (1910 - 1927)

Resumen: El objetivo de este artículo es analizar los proyectos de reorganización de la provincia eclesiástica de Cuiabá, centrándose en la propuesta de extinción de la diócesis de Corumbá, de 1910, y la fusión de los territorios de las diócesis de Corumbá y Cáceres, discutidas entre los años 1925 y 1927. En este contexto, la Santa Sede pretendía ampliar el número de circunscripciones eclesiásticas, pero las dos propuestas iban en contra de este proceso. Para el desarrollo de esta investigación, empleo las perspectivas de la Historia Global y de la Nueva Historia Política, las cuales han contribuido a una comprensión más profunda de las prácticas eclesiásticas, las representaciones políticas y los aspectos socioculturales.

Palabras clave: Iglesia Católica, Reformas Católicas, Santa Sede, Diócesis de Corumbá, Diócesis de Cáceres, Provincia Eclesiástica de Cuiabá.

A Santa Sé e os projetos para reorganizar as dioceses na província eclesiástica de Cuiabá (1910 - 1927)

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar os projetos para reorganizar a província eclesiástica de Cuiabá, enfocando a proposta de extinção da diocese de Corumbá, de 1910, e a fusão dos territórios das dioceses de Corumbá e Cáceres, discutidas entre os anos de 1925 e 1927. Nesse contexto, a Santa Sé pretendia expandir o número de circunscrições eclesiásticas, mas as duas propostas estavam na contramão desse processo. Para o desenvolvimento desta pesquisa, utilizo as perspectivas da História Global e da Nova História Política, que contribuíram para uma compreensão mais aprofundada das práticas eclesiásticas, das representações políticas e dos aspectos socioculturais.

Palavras-chave: Igreja Católica, Reformas Católicas, Santa Sé, Diocese de Corumbá, Diocese de Cáceres, Província Eclesiástica de Cuiabá.

Recebido em: 03/01/2023

Aprovado em: 29/12/2023

Neste artigo analiso os projetos para reorganizar a província eclesiástica de Cuiabá que tramitaram junto a Santa Sé.¹ A proposta de extinção da diocese de Corumbá foi veiculada em 1910, logo após a criação da província eclesiástica de Cuiabá, e a partir de 1925, quando o bispo D. José Maurício da Rocha defendeu a extinção da diocese de Cáceres e a fusão do seu território com a diocese de Corumbá iniciando, dessa forma, um longo debate na Santa Sé. Essas questões foram tratadas por vários representantes pontifícios no Brasil: Alessandro Bavona (1907-1911), Felippo Cortesi (1920-1921), Enrico Gasparri (1921-1925), Egídio Lari (1925-1927) e pelo visitador apostólico Marcello Rénaud, que esteve no Brasil entre os anos de 1924 e 1925. Nesse contexto, a Santa Sé procurava, por meio da diplomacia, aproximar-se da hierarquia eclesiástica brasileira e acelerar a implantação das reformas.

As fontes que permitiram o desenvolvimento da pesquisa foram obtidas na Hemeroteca Digital, no Arquivo da diocese de Corumbá, no Arquivo Apostólico Vaticano e no Arquivo da Sagrada Congregação dos Trabalhos Eclesiásticos Extraordinários.

A criação e expansão das circunscrições eclesiásticas católicas ainda não foram plenamente exploradas como objetos de pesquisa no Brasil, mas têm despertado o interesse de alguns estudiosos. Em relação às circunscrições eclesiásticas em Mato Grosso, merecem destaque as pesquisas realizadas por Marin (2021b, 2023a, 2023b).

No Brasil, a Igreja Católica passava por um amplo processo de reformas católicas, implantadas a partir de meados do século XIX e durante as primeiras décadas do século XX, para superar os problemas herdados do regime imperial. Entre elas: criar novas circunscrições eclesiásticas²; disciplinar o clero e os fiéis; revitalizar as ordens religiosas; importar congregações e ordens religiosas europeias; controlar as irmandades e as confrarias; promover a ação missionária no interior do Brasil; intensificar a catequese entre as populações indígenas; prestar assistência

1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (Capes) – Bolsista Capes – Proc. nº. BEX 2372/15-0.

2 De acordo com Marin (2021a, p. 20), as circunscrições eclesiásticas católicas são divisões territoriais, pastorais e administrativas, cujo objetivo é organizar e tornar mais eficazes a gestão e o controle das populações e do território. Seus modelos paradigmáticos são as paróquias, missões, prefeituras apostólicas, vicariatos apostólicos, prelazias, dioceses e arquidioceses. A paróquia é uma subdivisão formada por um território religioso e uma população que está subordinada eclesiasticamente a um pároco. Diocese, prelazia, vicariato apostólico, prefeitura apostólica e missão compreendem determinada área territorial e populacional e agrupam várias paróquias, sendo uma unidade organizacional fundamental do poder pastoral. As prelazias, vicariatos apostólicos, prefeituras apostólicas e missões, no entanto, são hierarquicamente inferiores às dioceses e seu *status* é temporário, ou seja, após atingirem certo desenvolvimento religioso, podem ser elevadas à condição de diocese. A maior autoridade eclesiástica das dioceses é o bispo, que reside na cidade-sede, onde se localiza a catedral, edifício religioso mais importante. As dioceses, prelazias e prefeituras apostólicas estão agrupadas e organizadas em províncias eclesiásticas e são chefiadas por um arcebispo metropolitano, hierarquicamente superior aos bispos e prelados, mas exerce uma jurisdição e supervisão limitada sobre elas. Prelados, bispos e arcebispos estavam, por sua vez, subordinados ao sumo pontífice.

religiosa aos imigrantes; reformar o ensino e a disciplina nos seminários e fundar seminários, instituições assistenciais e escolas católicas. Essas reformas pretendiam reestruturar o funcionamento e a organização institucional, dinamizar a presença da Igreja no país, impor a soberania da Igreja sobre o Estado e combater a laicidade, a secularização e a crescente pluralização religiosa e ideológica – positivismo, liberalismo, anarquismo etc.

Desde a proclamação da República, em 1889, a Santa Sé iniciou um processo de reorganização das circunscrições eclesiásticas no Brasil. O objetivo era dinamizar a presença institucional, ampliar a sua inserção política na sociedade e legitimar-se frente ao Estado secular, além de pleitear o reconhecimento dos seus princípios. Para tal, as prelaças, dioceses e arquidioceses mais extensas ou com variações significativas na população e densidade demográfica foram divididas. O território desmembrado dava origem a uma nova circunscrição eclesiástica, como arquidioceses, diocese, prelaça, prefeitura apostólica, etc. Também era comum a reestruturação dos territórios diocesanos, ou seja, quando uma parcela do território é desmembrada e anexada a uma circunscrição já existente ou recém-criada.³ Com isso, fortalecia-se a governabilidade dos territórios eclesiásticos, uma vez que o controle e gestão pelos bispos tornavam-se mais produtivos em áreas territoriais menores. Essa eficiência permitia a imposição de normas, regulamentos, técnicas disciplinares, esquadrinhamento e vigilância do clero e da população, que eram individualizados, vigiados, mobilizados e eventualmente punidos.

A *biopolítica* da Igreja Católica lidava com o território e com a população como problemas políticos, científicos, biológicos e de poderes (FOUCAULT, 2000, p. 292). Foucault (2008, p. 143-144) define governabilidade como “o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população”, ou seja, é o “‘governo’ sobre todos os outros — soberania, disciplina — e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo” e de “saberes”.

Os representantes pontifícios realizavam estudos sobre o Brasil, utilizando dados censitários, estatísticas, medições geográficas e demográficas, além de analisar a distribuição espacial das populações e as dinâmicas e características das áreas urbanas. Esses estudos eram empregados para

3 As reestruturações eram motivadas por diversos fatores, sempre com o objetivo de aprimorar a administração episcopal e a gestão tanto dos territórios quanto das populações. Uma delas consistia na integração de paróquias localizadas próximas às sedes episcopais, mas pertencentes a diferentes dioceses. Isso ocorria porque os bispos, ao estabelecerem uma nova circunscrição eclesiástica, não abriam mão das paróquias mais populosas e rentáveis. Posteriormente, o bispo solicitava à Santa Sé a redefinição dos territórios, contudo, isso dependia do consentimento das partes envolvidas no litígio. Outra razão era a cessão de parte do território quando uma nova circunscrição era criada, geralmente áreas mais remotas que apresentavam desafios para serem atendidas pelo bispo. Além disso, ocorriam reestruturações para garantir que os limites das circunscrições eclesiásticas estivessem alinhados às divisões territoriais dos estados, evitando que o território de uma diocese abrangesse dois ou mais estados federativos.

justificar a necessidade de criar novas circunscrições ou aprimorar as divisões já estabelecidas. Por essa razão, tornava-se imperativo aprofundar continuamente a compreensão da presença da Igreja Católica na sociedade brasileira.

Em fins de julho de 1922, Pio XI determinou a realização de uma visita apostólica a todas as circunscrições eclesiásticas do Brasil, sendo designado para visitar Mato Grosso Marcello Rénaud.⁴ Os objetivos da visita *in loco* consistiam em diversificar os olhares e as perspectivas sobre a Igreja Católica no Brasil, especialmente por meio de uma observação externa e imparcial, com o intuito de orientar as políticas da Santa Sé. Rénaud tinha a responsabilidade de coletar informações detalhadas e propor reformas. Dentre os temas a serem investigados estavam as condições das circunscrições eclesiásticas, a atuação do episcopado e do clero, a qualidade dos seminários, a presença e atuação dos institutos religiosos e a conduta religiosa da população. Estes aspectos tornaram-se objetos de observações, reflexões, estudos e análises por parte de Rénaud. Suas considerações legitimaram os projetos biopolíticos da Santa Sé para organizar os territórios eclesiásticos em termos administrativos, políticos e de gestão populacional.

A expansão das divisões eclesiásticas no Brasil foi significativa. Em 1889, havia uma única província eclesiástica (arquidiocese da Bahia) e 11 dioceses. Em 1910, os resultados dessa política pastoral já podiam ser observados, pois havia oito províncias eclesiásticas (Bahia, Rio de Janeiro, Pará, Mariana, São Paulo, Cuiabá, Porto Alegre, Olinda e Recife), 29 bispados, uma prelazia, três prefeituras apostólicas e uma missão. A hierarquia eclesiástica era constituída por oito arcebispos, 29 bispos, dois prelados *nullius* e três prefeitos apostólicos. Em 1930, havia 16 arquidioceses, 50 dioceses e 20 prelazias, para onde foram designados mais de 100 bispos.

No entanto, a expansão foi menor do que pretendia a Santa Sé, em razão das tensões e das resistências do episcopado em dividir suas dioceses e em implantar as reformas católicas. A expansão institucional também enfrentou desafios devido à competição entre congregações e ordens religiosas, que disputavam territórios, recursos, populações e posições na hierarquia eclesiástica, incluindo as nomeações para os cargos de prelados, bispos e arcebispos. As propostas de extinção das dioceses de Corumbá e de Cáceres inserem-se nesses processos de resistências. Ou seja, havia diferentes projetos de cristianização e de intervenção na sociedade distintos daqueles fornecidos pela Santa Sé.

1. A proposta dos carmelitas para extinguir a diocese de Corumbá

4 Marcello Rénaud fora designado para visitar as seguintes circunscrições católicas: Rio de Janeiro, Niterói, Taubaté, São Paulo, Campinas, São Carlos, Botucatu, Curitiba, Cáceres, Registro do Araguaia, Corumbá, Cuiabá, Mariana, Campanha, Caratinga e Aterrado (Visita, 1926, p. 4-5).

Através da bula *Novas Constituire*, assinada em 5 de abril de 1910, a diocese de Cuiabá foi elevada à dignidade e honra de sé arquiepiscopal, tendo as dioceses de Santa Cruz de Corumbá e São Luiz de Cáceres como sufragâneas. Para o papa Pio X, a ampliação das circunscrições eclesiásticas foram justificadas pelo “bem dos fiéis”, tornando mais eficiente a gestão episcopal em razão da grande extensão territorial do estado de Mato Grosso, da rarefação demográfica, das povoações esparsas, da precariedade de meios e de vias de comunicação e das dificuldades que os bispos enfrentavam para realizar as viagens pastorais.

O aumento da hierarquia eclesiástica possibilitaria o avanço das reformas católicas e favoreceria as ações conjuntas do episcopado. Outros motivos foram as distâncias geográficas de Cuiabá e a sé arquiepiscopal, que se localizava na cidade do Rio de Janeiro, além da necessidade de reduzir a autoridade do bispo D. Carlos Luiz D’Amour sobre as terras mato-grossenses. A expectativa era promover o número de paróquias e de edifícios religiosos (igrejas e capelas), superar a escassez de clero, garantir o fortalecimento patrimonial e as rendas episcopais e paroquiais, barrar as expansões das religiões concorrentes e ampliar a presença da Igreja Católica na sociedade, sobretudo entre as populações indígenas (MARIN, 2021a).

A disseminação de uma notícia falsa sobre a nomeação de um bispo salesiano para administrar a diocese de Corumbá gerou considerável insatisfação entre os carmelitas calçados holandeses que desempenhavam atividades na região desde 1908.⁵ Eles não aceitariam estar subordinados a um bispo salesiano ou a um bispo que pertencesse a outra congregação ou ordem religiosa. Para evitar conflitos com os carmelitas e os salesianos, a Santa Sé designou, em 13 de março de 1911, um padre do clero secular, sendo indicado D. Cirilo de Paula Freitas, bispo auxiliar de D. Carlos.

Em 1911, quando a bula estava sendo executada pelo núncio Alessandro Bavona, o procurador-geral dos carmelitas solicitou ao prefeito da Sagrada Congregação Consistorial a criação de um vicariato ou uma prefeitura apostólica, visando a atuação exclusiva da ordem nessa área. Para alcançar esse objetivo, seria necessário extinguir a recém-criada diocese de Corumbá. Ele alegava, inclusive, que a instalação da missão foi condicionada à criação de uma prelazia, promessa do cardeal e arcebispo do Rio de Janeiro, D. Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, e do núncio Giulio Tonti (1902-1906). Para o superior da missão, frei Paulo Hurkmans, a expectativa era que missão de Mato Grosso possibilitaria um “grande futuro para nossa Ordem”, mas tal

5 D. Carlos estava insatisfeito com a atuação dos salesianos e, para substituí-los, procurou outras ordens e congregações religiosas. Em 1906, por indicação do cardeal e arcebispo D. Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, conseguiu que os carmelitas holandeses fundassem, em 1908, uma missão em Corumbá. Inicialmente atuavam quatro freis, mas, posteriormente, foram enviados outros dois. O território missionário era extenso e compreendia “Corumbá, Ladário, Aquidauana, Miranda, Coxim, Nioaque, Bela Vista, Porto Murtinho, Ponta Porã, Campo Grande, consequentemente, toda a parte do Pantanal”. (CRUZ, 2012, p. 220-221).

expectativa foi frustrada (WILMAR, 2009, p. 307).

Segundo Bavona (2010b), os carmelitas tinham a “ideia fixa” de que haviam sido “enganados” pela Santa Sé e que não eram menos importantes do que os beneditinos e franciscanos, que já tinham recebido circunscrições eclesiásticas para administrarem. Bavona (1910b), entretanto, se posicionou contrário à proposta e manifestou, de forma enérgica, que não toleraria que continuassem a criticar a Santa Sé, que, por sua vez, teria concedido privilégios aos carmelitas sem que fossem impostas condições.

O pedido criou tensões e constrangimentos, pois poucos meses antes havia sido criada a província eclesiástica de Cuiabá. Caso o pedido fosse aceito, a diocese de Corumbá deveria ser extinta, alternativa considerada “bem triste” por Bavona, pois os esforços se direcionavam para “incrementar a religião no Brasil”, ou seja, para a expansão das circunscrições eclesiásticas. Ele acreditava que a diocese de Corumbá deveria ser mantida, uma vez que a região estava crescendo em nível econômico e demográfico, e prosperaria ainda mais com a inauguração da ferrovia Noroeste do Brasil, prevista para o ano de 1914. Por isso, era “urgente que fosse nomeado um prelado zeloso, que se empenhasse no ministério eclesiástico, para que não houvesse falta de assistência religiosa aos fiéis” (BAVONA, 1910a).

O cardeal Arcoverde foi consultado e defendeu a continuidade da execução da bula papal. Para o arcebispo de Cuiabá, D. Carlos Luiz d’Amour, extinguir a diocese e criar uma circunscrição eclesiástica hierarquicamente inferior seria um “desrespeito” com os mato-grossenses (BAVONA, 1910b). O episcopado brasileiro era contrário às ereções de vicariatos e prefeituras apostólicas e consideravam o Brasil um país cristão onde a hierarquia eclesiástica estava constituída e, portanto, deveriam ser criadas prelazias, dioceses e arquidioceses. Vicariatos e prefeituras apostólicas eram associados às *terras de missão*, como a África e Ásia, e estavam sob a jurisdição da Congregação para a Evangelização dos Povos (*Propaganda Fide*). Além disso, para D. Carlos, a extinção da diocese de Corumbá aprofundaria os estigmas sobre Mato Grosso de *fronteira-sertão*, como outro espaço geográfico, simbólico e social do território brasileiro, uma terra isolada, desconhecida, de atraso religioso e econômico, povoada por indígenas e onde reinava a barbárie. Era também a negação da cultura, da civilização e do progresso, um “mundão” abandonado formado por terras que não se acabavam. As populações, devido à mestiçagem entre negros e índios, seriam racialmente inferiores, indolentes, infensas às normas, atrasadas e sem iniciativa (MARIN, 2009; GALETTI, 2012).

D. Cirilo criticou os carmelitas por imporem, como condição para permanecerem em Mato Grosso, a criação de um vicariato ou uma prefeitura apostólica, cuja administração seria confiada a eles. Apesar disso, eles não tinham incrementado o número satisfatório de religiosos, então

constituído por apenas dois frades:

Para a criação da diocese [os carmelitas] não deram um passo, ao contrario procuraram embaraçar-a o mais que puderam, recebendo-a finalmente com o maior desagrado possível. Foi causa disto a esperança que elles tinham de uma prelatura, de cuja realização, diziam dependia a sua continuação em Matto Grosso. E como, apesar delles, a diocese se creasse, frei Paulo, prior então, tomado de indignação retira-se para o Rio (FREITAS, 1914a).

Nesse contexto de tensões, concluiu-se que não havia nenhum compromisso entre a Santa Sé e a ordem carmelita e que a criação de uma nova circunscrição eclesiástica ou a mudança de seu *status* era uma prerrogativa exclusiva da Santa Sé, que, por sua vez, determinaria se era ou não vantajoso criá-la. A constituição apostólica *Sapienti consilio*, promulgada por Pio X, em 29 de junho de 1908, determinava que os vicariatos, as prefeituras apostólicas e as prelazias eram temporárias e, quando atingido certo desenvolvimento demográfico, econômico e religioso, deveriam ser elevadas ao *status* de diocese. Ou seja, as congregações ou ordens religiosas não possuíam autonomia quando administravam uma circunscrição eclesiástica, pois estavam subordinadas à Santa Sé (PIO X, 1908; BAVONA, 1910a).

Por fim, houve o entendimento de que não era necessário criar nova circunscrição, uma vez que as necessidades dos fiéis já tinham sido consideradas com a criação da diocese de Corumbá. O pedido dos carmelitas foi “negado” pelo “bem das almas”, dando prosseguimento à implantação da diocese de Corumbá. Aventou-se a possibilidade de, no futuro, atribuir uma prefeitura ou um vicariato aos carmelitas (LAI, 1911).

Desde a sua posse, D. Cirilo expressou ao procurador provincial, Frei Humberto Driessen, seu desejo de manter a presença dos carmelitas na diocese e solicitou o envio de novos missionários. Porém, as tensões entre o bispo e os freis carmelitas se agravaram quando ele “tirou [...] grande parte do território onde os carmelitas trabalhavam”. Essa decisão foi pautada na certeza “de que seus superiores não enviariam mais padres missionários” (CRUZ, 2012, p. 223). Frei Canísio manifestou seu descontentamento ao provincial:

Ele (o bispo) sabia que com os Carmelitas não arrumava nada mesmo, ou como ele mesmo disse: tinha certeza de que os Carmelitas não tinham mesmo pessoal suficiente e por isso nos tirou $\frac{3}{4}$ da missão, região para a qual pediu Padres Seculares. Temos agora ainda Corumbá e toda a região pertencente à mesma. Poderemos, com todo o prazer, receber de volta as outras paróquias se um ou outro Secular convidado não quiser vir. Como esta história vai acabar não sei dizer. Por escrito o Bispo declara que gostaria de confiar a nós toda a sua diocese (que aliás já estava em nossas mãos), mas o que ele devia pensar? Só podia mesmo pensar que não tínhamos o pessoal necessário (WILMAR, 2009, p. 317).

Posteriormente, D. Cirilo, diante dos apelos do vigário provincial frei Gregório Meijer e do compromisso que assumiu de incrementar o número de freis, restituiu parte do território, autorizando-os a atuarem nas paróquias de Corumbá, Miranda, Aquidauana e Bela Vista. Quanto às paróquias de Campo Grande, Coxim e Sant'Ana do Paranaíba pretendia nomear padres seculares (MULDERMAN, 1912). Porém, as paróquias designadas não foram providas pelos carmelitas, o que agravou os desentendimentos com o bispo (CRUZ, 2012, p. 223). Como decorrência, em 1914, eles se retiraram da diocese, alegando a escassez de rendas, a insuficiência de recursos humanos e as dificuldades nos meios de transporte (LANGE, 1914).

2. Os impasses na estruturação e consolidação da diocese de Corumbá

A Santa Sé, para viabilizar a criação das dioceses de Corumbá e Cáceres, em 1910, concedeu dispensas das formalidades canônicas, como as prescritas pelo Concílio de Trento, sobretudo em relação à constituição de um patrimônio diocesano (catedral, residência episcopal), além de recursos para sustentar os bispos. A estratégia pastoral, entretanto, gerou impasses à consolidação das dioceses, uma vez que as dificuldades não foram superadas e os bispos e o clero não dispunham de recursos financeiros para sobreviverem. As dioceses de Corumbá e Cáceres foram criadas sem o capital de raiz exigido, tais como catedral, palácio episcopal, patrimônio e rendas que garantissem a sobrevivência do bispo, para implantar obras filantrópicas e educacionais e para a criação do seminário diocesano. O clero era escasso e não existia um padre disponível para desempenhar a função de secretário do bispo, para constituir o capítulo catedralício ou para atuar como professores nos seminários.

A implantação da diocese de Corumbá, assim, apresentou inúmeras dificuldades devido à sua grande extensão territorial, aproximadamente 450.158 km², e a escassez de clero e de recursos. D. Cirilo renunciou, em 8 de fevereiro de 1918, em decorrência de uma doença no aparelho auditivo que o privou da audição, obrigando-o a se comunicar apenas por escrito. Em 1919, foi nomeado D. José Maurício da Rocha que, em sua primeira carta pastoral, declarou não estar feliz com a nomeação, devido aos problemas que enfrentaria, como a inexistência de rendas, de patrimônio diocesano e de uma residência episcopal. Ele argumentou que a diocese, ao “completar dez anos”, estaria “como se fosse no começo, e, aliás, em [piores] condições do que muitas que começam” (ROCHA, 1919a, p. 3).

Como não havia palácio episcopal, D. José Maurício foi obrigado a alugar provisoriamente uma casa. Os arquivos paroquiais e da cúria inexistiam e o movimento na secretaria do bispado, que poderia gerar rendas, era nulo, uma vez que das oito paróquias apenas duas paróquias estavam

providas, e a população não frequentava os sacramentos. Em Corumbá, o clero era composto por cinco sacerdotes da Congregação dos salesianos, sendo um deles encarregado da paróquia de Nossa Senhora da Candelária. Para D. José Maurício, em “uma diocese tão vasta, contando somente dois vigários, não é possível houvesse vida espiritual. E não havia, com efeito” (O BRASIL DESCONHECIDO..., 1923a, p. 1).

As condições materiais e religiosas da diocese não permitiam que D. José Maurício ostentasse publicamente um modo de vida aristocrático e implantasse reformas na diocese. Diante da frustração, ele transferiu, em 1921, a residência episcopal para a cidade de Três Lagoas e, em 1924, para Campo Grande (CHOVELON, 1927). Nesses locais, permaneceu durante um ano e, posteriormente, passou a residir no Rio de Janeiro e, depois, em Alagoas.

As rápidas passagens por Corumbá tornaram-se visitas pastorais. Sua maior ausência foi de 14 meses e 24 dias seguidos. Assim, dos 89 meses durante os quais D. José Maurício esteve no governo da diocese, permaneceu na cidade apenas 36 meses, estando ausente os restantes 53 meses (CHOVELON, 1927). Na sua ausência, a diocese era administrada pelo pároco de Corumbá, o padre salesiano Hipólito Chovelon, sendo a sua atuação, assim como a dos salesianos, criticada pelo bispo: “Quando é então que hão de ser observadas as leis ecclesiasticas, que regem a especie, nessa terra, que é sede de bispado, há 14 annos, e conta de apostolado de ensino salesiano a respeitavel cifra de 30 annos?” (ROCHA, 1924a).

Em 1921, D. José Maurício sugeriu a Felippo Cortesi, encarregado dos Negócios Eclesiásticos da Santa Sé no Brasil, a extinção da diocese de Corumbá e solicitou sua transferência para outra diocese. Ele afirmou “que a diocese de Corumbá não devia existir, pois é terra de missão”, criticando, dessa forma, a Santa Sé por tê-la erigido. Cortesi, por sua vez, o repreendeu ao demonstrar as vantagens e os benefícios que a expansão institucional estava trazendo para a Igreja Católica no Brasil. Criticou também a segunda carta pastoral, que versava sobre o patrimônio diocesano, ao colocar como condição *sine qua non* para a sua permanência na diocese a constituição de recursos (CORTESE, 1920; ROCHA, 1919b). Por fim, o admoestou a cumprir com as suas obrigações episcopais:

Terreno de missão, nesse sentido poderiam dizer-se também outras dioceses do Brasil que a sabedoria da [Santa] Sé erigiu nos últimos annos, e a experiência diária demostrou sumamente proveitosas para bem da Egreja e salvação das almas.

As difficuldades porem são meritaveis e ellas van desaparecendo e vae-se regulando a organização diocesana Lendo a Pastoral de V. Excia reparei em algumas frases relativa a necessidade do patrimônio como condição essencial para que o Bispo fique em Corumbá que talvez teria sido melhor omitir.

Entretanto pedindo a V. Ex. pelos primeiros frutos de seu pastoral ministério, que fazem esperar outros mais

copiosos e sazonados (sic.) (CORTESE, 1920).

Contrariado e desiludido, D. José Maurício buscou orientações com o arcebispo da Bahia, D. Jerônimo Tomé da Silva, de quem recebeu os seguintes conselhos:

‘Eu sou de opinião’, ele disse para mim, ‘que esta diocese deve ser anexada à de Cáceres. O Núncio Apostólico (Monsenhor Scapardini) estava lá, mas ele expôs à Santa Sé o que viu? Parece-me que por causa das dificuldades que você está falando, você deve ser transferido para outra diocese. Essa má vontade do PP. Salesianos é intolerável’ (ROCHA, 1925d, p. 65).

Com a transferência de Cortesi, em 1921, D. José Maurício passou a negociar sua mudança para outra diocese e a extinção da diocese de Cáceres com o núncio Enrico Gasparri, que se comprometeu “tratar do caso, no devido tempo, com o cuidado que a situação merecia” (ROCHA, 1925d, p. 66). D. José Maurício alegou que desde a sua posse, em 1919, percebeu a “situação singular e dificuldades insuperáveis resultantes para o governo de um bispo pertencente ao clero secular”, numa diocese onde predominava o clero regular, e a “má vontade dos salesianos” (ROCHA, 1925d, p. 65).

No mês de agosto D. José Maurício recebeu uma correspondência do núncio informando que o seu nome estava incluído na lista de indicados para bispo da diocese de Natal. Porém, em novembro de 1922, soube que o escolhido fora o padre José Pereira Alves. Contudo, Gasparri consultava-o sobre a possibilidade de ser indicado para a diocese de Piauí, que acabara de ficar vaga. Apesar de aceitar, Gasparri o indicou para a diocese de Uberaba, ao invés da de Piauí. O núncio justificou a mudança por “causa do clima”, mais ameno, e por acreditar “na indicação o dedo de Deus”, como uma recompensa por ter se sacrificado ao aceitar a indicação para a diocese de Piauí (ROCHA, 1925d, p. 66).

D. José Maurício teve suas expectativas novamente frustradas e, ao buscar uma explicação, ouviu rumores de que a Santa Sé recusou transferi-lo pelo fato de não ter “feito nada na diocese” e pelas acusações feitas pelos padres salesianos, os únicos a atuarem na diocese. Ao se considerar desprestigiado, por acreditar que a sua transferência era um direito reconhecido, afirmou: “A minha consciência não me culpa por nada e o meu silêncio minaria a minha dignidade episcopal da qual estou investido”, e concluiu professando “todo o respeito, veneração e lealdade” que eram devidos à Santa Sé (ROCHA, 1925d, p. 65).

Irritado, D. José Maurício considerou que quando solicitou a transferência não foi para “recompensar meu trabalho”, mas “para me livrar de uma situação insustentável” e que sua gestão episcopal deveria estar a salvo de rumores “especialmente se não esquecermos das dificuldades

especiais da minha posição” (ROCHA, 1925d, p. 66). Assim, com o objetivo de preservar a sua dignidade episcopal, questionou Gasparri sobre qual era “a acusação contra mim na Santa Sé?” ou se deveria acreditar que o “verdadeiro motivo da recusa de Roma é a pouca simpatia que inspiro nos bispos brasileiros a quem é confiada a direção dos assuntos eclesiásticos no Brasil” (ROCHA, 1925e, p. 67-68). Ele também criticava publicamente Gasparri por ter prometido transferi-lo, por não cumprir essa promessa e, posteriormente, por aconselhá-lo a não “pensar mais nisso, uma vez que não tinha feito nada pela diocese” (RÉNAUD, 1926, p. 50).

Em 1923, D. José Maurício resolveu aconselhar-se novamente com o arcebispo D. Jerônimo Tomé da Silva, que o orientou a conceder uma entrevista para um jornal do Rio de Janeiro a fim de divulgar e exaltar a sua administração episcopal (ROCHA, 1925d, p. 66). A entrevista foi concedida ao jornal *Gazeta de Notícias* e publicada na edição de 29 de setembro de 1923, com o título *O Brasil desconhecido: o sul de Mato Grosso através da palavra de um bispo – D. José Maurício da Rocha fala à ‘Gazeta’ – abnegação e sacrifícios de um prelado*. Nela, esmerou-se em construir a imagem de um bispo laborioso, bom administrador, patriota, erudito e empenhado em promover o progresso religioso da diocese de Corumbá e de Mato Grosso. Ele foi apresentado como “uma figura altamente nobre e profundamente fidalga” e “como uma das mais legítimas glórias do episcopado brasileiro, um espírito superior e abnegado, que se [sacrificava] pela prosperidade da sua diocese, talvez a mais trabalhosa e a mais extensa do Brasil”. Assim, a reportagem destacou as “altas virtudes” de D. José Maurício, que teriam surpreendido até o papa Pio X, que o nomeou bispo “numa idade em que muitos dos seus discípulos continuavam nos seus primeiros deveres sacerdotais”. Além disso, ele continuava administrando a onerosa diocese que considerava a mais extensa e trabalhosa do Brasil (O BRASIL DESCONHECIDO..., 1923a, p. 1).

Para demonstrar o seu zelo pastoral, D. José Maurício enumerou as reformas realizadas para incrementar a vida religiosa, como missas diárias e o ensino de catecismo na catedral e a criação de associações devocionais, como o Apostolado da Oração e a Pia União das Filhas de Maria. Relatou também que reformou o edifício da catedral, adquiriu flores e alcatifas para decorar os altares e criou um coral, composto pelas irmãs Filhas de Maria Auxiliadora (O BRASIL DESCONHECIDO..., 1923a, p. 4). Outros empreendimentos da sua gestão foram a criação de uma liga da boa imprensa, a fundação do jornal *A Defesa*, do qual era redator e revisor; a aquisição de um púlpito e de imagens religiosas para as procissões; a realização, pela primeira vez, da procissão de *Corpus Christi*; a regulamentação das festas religiosas a fim de extirpar as “profanidades” e a regulamentação dos arquivos diocesano e paroquiais, além das tentativas de incrementar o clero secular e regular e de constituir o patrimônio diocesano. Assim, para reforçar sua boa conduta, afirmou que trabalhava sem desânimo, porém era vítima da “má fé” e de “injustiças” (O BRASIL

DESCONHECIDO..., 1923a, p. 4).

D. José Maurício também listou várias iniciativas que iria realizar assim que retornasse à sede episcopal: criar três paróquias, providenciar meios para construir a residência episcopal e para adquirir um terreno onde seria construído o seminário diocesano. Para demonstrar que estava ciente das suas responsabilidades de bispo e dos seus deveres cívicos e patrióticos, afirmou que as dificuldades “não devem atemorizar um bispo brasileiro e moço, e impedil-o de trabalhar em prol de uma porção do abençoado e querido solo da Pátria, e tão precisada de trabalho, como é a diocese de Corumbá”. Ele defendeu que era um dever patriótico tornar conhecido dos brasileiros o Sul do estado de Mato Grosso, por ser de clima ameno, possuir terras férteis, “de campos sem fim”, e estar se desenvolvendo devido aos benefícios conquistados com a ferrovia Noroeste do Brasil. Apesar disso, necessitava incrementar o seu progresso, por meio de investimentos na infraestrutura, além de políticas para atrair imigrantes estrangeiros e mão de obra qualificada (O BRASIL DESCONHECIDO..., 1923a, p. 1).

A entrevista teve repercussão nacional, sendo D. José Maurício elogiado e aplaudido por vários membros do episcopado brasileiro que se manifestaram apoiando e destacando suas qualidades como bispo e missionário, seu trabalho infatigável, sua coragem, suas virtudes, seu zelo, sua abnegação em prol do Brasil e pela vida repleta de sacrifícios (OS ÉCOS..., 1923b, p. 1; O BRASIL DESCONHECIDO..., 1923c, p. 2; O BRASIL DESCONHECIDO..., 1923d, p. 3). Em Mato Grosso, ao contrário, a entrevista repercutiu negativamente pelo fato de D. José Maurício reforçar os estigmas de *fronteira-sertão* e agravar o mal-estar cultural que isso já provocava entre os mato-grossenses, além de desconsiderar o trabalho de D. Cirilo, seu antecessor, e dos padres salesianos, cujas contribuições ele condenava.

O arcebispo D. Jerônimo parabenizou D. José Maurício pela reportagem e defendeu que ele tinha o direito de ser transferido para outra diocese e, para isso, deveria “exigir que o Nuncio informasse à Santa Sé” sobre as realizações da sua gestão episcopal a fim de que mudasse o “julgamento [...] sobre a sua administração na diocese de Corumbá” (ROCHA, 1925d, p. 66-67). Seguindo o conselho, D. José Maurício enviou exemplares do jornal *Gazeta de Notícias* para a Nunciatura Apostólica e para Gaetano De Lai, prefeito da Sagrada Congregação Consistorial. O propósito de D. José Maurício era proporcionar à Santa Sé uma compreensão mais detalhada do cenário religioso da diocese, abordando os empreendimentos que realizou e as dificuldades enfrentadas, especialmente devido à escassez de clero e recursos financeiros (ROCHA, 1925e, p. 67-68).

A sua expectativa era que, uma vez comprovado seu empenho como gestor da diocese, ele fosse prontamente transferido, o que não ocorreu. Isso agravou a sua indignação com a Santa Sé e a

sua repulsa por Mato Grosso, assim como pelo bispado que a regia. Diante disso, justificava-se afirmando que era assolado por um “sentimento de tristeza” ao se dar conta do “quanto está longe o tempo de ver eu este pedaço do Brasil assemelhado ao resto do país” (ROCHA, 1924b). Posteriormente, D. José Maurício envolveu-se em nova polêmica, quando, após proferir um discurso em São José do Rio Preto, no estado de São Paulo, com o objetivo de promover a subscrição de donativos para o patrimônio da diocese, fez afirmações sobre o estágio primitivo de civilização de Mato Grosso, especialmente no aspecto religioso, negando-lhe qualquer possibilidade de desenvolvimento religioso e moral. Segundo ele, numa escala hierárquica de evolução, a região seria mais atrasada e incivilizada que Goiás e o Amazonas. O jornal *A Cidade*, de Corumbá, em contrapartida, publicou uma reportagem criticando as declarações do bispo, deslegitimando sua autoridade episcopal perante a sociedade. A visita de D. José Maurício a Corumbá foi adiada, por motivo de prudência, até que cessassem as hostilidades contra ele (MARIN, 2009).

Em 1925, com a transferência do pároco de Campo Grande para Cuiabá e o afastamento de outro padre, por motivo de doença, D. José Maurício lamentou, “Só aceitando tudo como provocação para esse desventuroso Mato Grosso” (ROCHA, 1925a). Em outra ocasião indagou: “E isso chama-se diocese? Onde o Bispo não pode ter nas paróquias padres que julga necessário para o lugar?” (ROCHA, 1925b). Ele considerava digno de compaixão o atraso religioso de Mato Grosso, pois todas as iniciativas que empreendera foram “infrutíferas”, o que o desanimava e o desesperançava (ROCHA, 1925c).

Desde o ano de 1923, os salesianos fizeram inúmeras denúncias ao núncio sobre a conduta de D. José Maurício. Em 1926, reiteraram as acusações a Egídio Lari, encarregado dos negócios da Santa Sé no Brasil, referindo-se ao modo descortês de falar e agir nas visitas pastorais, aliado ao fato de reivindicar confortos (serviço cotidiano de automóvel, hospedagem nas melhores casas e hotéis) em locais desprovidos de tais recursos. As exigências geraram críticas e manifestações de escárnio e antipatia por parte do clero e dos diocesanos (LETTERA, 1926, p. 8-11).

Por toda a diocese ecoavam comentários sobre a sua avareza: exigir serviços gratuitos, sair dos hotéis, dentro e fora da diocese, sem pagar as despesas e deixar para os párocos as dívidas. Muitos afirmavam que ele ocupava o seu tempo com jornais e revistas, sem se preocupar com o bem-estar espiritual da diocese, da qual queria distância. A D. José Maurício era atribuída a afirmativa de que, como bispo, não poderia sujar a sua dignidade entre o povo. Ao retirar-se de cada uma das cidades, pronunciava palavras de desprezo que eram retribuídas pelo povo (LETTERA, 1926, p. 8-11).

Como estratégia para ser transferido de Mato Grosso, D. José Maurício iniciou uma campanha pela reorganização da província eclesiástica de Cuiabá, sugerindo a extinção da diocese

de Cáceres, a incorporação de seu território pela diocese de Corumbá, que continuaria a ser sede episcopal. Para reger a diocese seria transferido o bispo de Cáceres, D. Luiz Marie Galibert, “a fim de melhorar os seus recursos” (BIENNÈS, 1987, p. 136). A proposta foi apresentada ao visitador apostólico Marcello Rénaud, que esteve em Mato Grosso, em outubro de 1925, para colher informações sobre a arquidiocese de Cuiabá, as dioceses de Cáceres e Corumbá e a prelazia de Registro do Araguaia.

3. A proposta de D. José Maurício da Rocha para reorganizar a província eclesiástica de Cuiabá

Rénaud iniciou a inspeção em Mato Grosso visitando Corumbá, quando D. José Maurício apresentou informações negativas sobre o cenário religiosos da diocese, de suas tentativas de transferência, além da proposta para reorganizar a província eclesiástica de Cuiabá. D. José Maurício afirmou que não se censurava por “nenhuma falta” e que a Santa Sé desconsiderava as “dificuldades” de administrar uma diocese com apenas padres do clero regular, que administravam quatro paróquias, enquanto as demais estavam vacantes. Ele, inclusive, considerava a diocese “uma terra de missão e não uma diocese” devido à extensão territorial, à escassez de clero e de recursos financeiros, e à inexistência de um patrimônio diocesano (ROCHA, 1925e, p. 67-68). Em seguida, D. José Maurício solicitou o empenho de Rénaud junto a Gaetano de Lai e a Sagrada Congregação Consistorial para extinguir a diocese de Corumbá e para conseguir sua transferência. Por fim, ele defendeu que a diocese “deveria ter sido elevada a diocese daqui a 10 anos, porém foi criada há 15 anos” (ROCHA, 1925e, p. 67-68).

Rénaud agiu diplomaticamente e solicitou que D. José Maurício expusesse suas reivindicações para anexá-las ao relatório que seria enviado a Santa Sé. O bispo encaminhou duas cartas e uma longa exposição sobre o cenário religioso da diocese, relatando as tentativas de transferência e a justificativa do porquê desejava ser transferido (RÉNAUD, 1926, p. 65-68). Na opinião de Rénaud, seria difícil D. José Maurício “recuperar a simpatia necessária para que o seu trabalho seja frutuoso e em sintonia com as necessidades da diocese e do seu desenvolvimento” e, por isso, estaria “completamente desanimado” (RÉNAUD, 1926, p. 50).

Ao avaliar as qualidades da personalidade de D. José Maurício, Rénaud registrou que se tratava de um homem jovem, inteligente, com uma excelente cultura eclesiástica, bom orador, piedoso e com uma conduta moral exemplar. Quanto aos defeitos, o considerou demasiado impressionável, sensível e nacionalista, devido às suas críticas ao clero estrangeiro. Apesar das boas qualidades e das iniciativas para incrementar a religião, não teria sido “bem sucedido na sua administração” pelo fato de “*não ser adapto para administrar uma diocese em formação*”. Na

opinião de Rénaud, numa “diocese já formada, com pessoal e recursos assegurados, o seu episcopado teria sido bastante frutuoso”. Ou seja, ele não teria o perfil adequado para a diocese de Corumbá, uma vez que não era um bispo-missionário, cujas qualidades requeridas eram paciência, resignação, despreocupação com posições hierárquicas e com etiquetas sociais, as quais, segundo Rénaud, os mato-grossenses desconheciam, mesmo os mais esclarecidos (RENAUD, 1926, p. 49-50, grifo do autor).

Em relação às condições da diocese, Rénaud observou que a cúria episcopal inexistia, pois o posto de secretário do bispado estava vago e não tinham sido nomeados os consultores diocesanos, devido à escassez de padres. A administração temporal era dificultada pela ausência de um patrimônio diocesano e de recursos materiais para o sustento do bispo. Apesar disso, D. José Maurício foi elogiado por organizar os arquivos da diocese e por adquirir uma casa, onde residia e funcionava a administração diocesana. Rénaud, contudo, acreditava que no futuro, com a intensificação do trabalho espiritual, a diocese seria a mais próspera de Mato Grosso. Para alcançar isso, seria necessário que os futuros bispos fossem dotados de “paciência”, não se preocupassem com a ostentação e com o luxo, além de serem empreendedores, qualidades que D. José Maurício não possuía (RENAUD, 1926, p. 50-51).

Posteriormente, Rénaud viajou para a cidade de Livramento, onde encontrou-se com Luiz Marie Galibert, bispo de Cáceres, e com o arcebispo de Cuiabá, D. Francisco de Aquino Corrêa, quando foram tratados “varios assumptos de grande interesse para aquella diocese”. Entre os temas estavam a criação da prelazia de Diamantino, defendida pelo arcebispo D. Aquino, as propostas de D. José Maurício de extinção da diocese de Cáceres, além da transferência de D. Galibert para Corumbá, para qual ele “deveria apresentar seu pedido de demissão como Bispo de Cáceres” (NO LIVRAMENTO..., 1925, p. 2; BIENNÈS, 1987, p. 136). Segundo Biennès (1987, p. 135), as propostas não agradaram a D. Galibert, que teria ficado “desacorçoado”.

O cenário religioso da diocese de São Luís de Cáceres foi considerado insatisfatório por Rénaud. Apesar de ter sido criada em 1910, foi instalada somente em 1915, por não haver candidatos que aceitassem assumir cargo tão oneroso. A diocese não tinha catedral, residência episcopal e nem seminário diocesano. As igrejas existentes estavam em ruínas e eram em número insuficiente. A escassa quantidade de sacramentos ministrados não proporcionava recursos suficientes para sustentar o bispo e o clero, constituído, então, por nove religiosos concentrados em Cáceres e Poconé. D. Galibert, para minimizar a escassez de padres, realizava periodicamente, só ou acompanhado, visitas pastorais pelo interior da diocese. Nessas, percorria com uma mula até 4.000 km todos os anos. Assim, apesar de seus esforços, a maioria da população estava privada da assistência religiosa.

Ao analisar as qualidades pessoais de D. Galibert, Rénaud o definiu como um homem saudável, inteligente, com boa formação intelectual, um modelo de vida religiosa (pela observância da disciplina eclesiástica), zeloso e “excelente bispo e missionário”. Seria também “um pouco tímido” e “demasiado autoconfiante”, além de lhe faltar a capacidade de iniciativa, sobretudo para estabelecer relações com o episcopado brasileiro a fim de obter ajuda para a diocese. Apesar disso, suas qualidades pessoais faziam dele o bispo ideal para Cáceres. Quanto à diocese, continuava sem patrimônio diocesano, com clero constituído exclusivamente por religiosos da Terceira Ordem Regular de São Francisco, e a mitra diocesana com parcas rendas; por isso, era a diocese “com menos futuro em Mato Grosso”. Diante desse cenário, Rénaud considerou difícil “achar um candidato que aceite administrá-la” quando D. Galibert deixasse o cargo (RÉNAUD, 1926, p. 52-53).

No relatório apresentado a Santa Sé, Rénaud alertou quanto ao perfil dos próximos bispos de Mato Grosso – apenas a boa formação intelectual não era critério suficiente, pois eles iriam fracassar. Era, pois, necessário nomear bispos-missionários, padres com boa saúde física, abnegados, com “cultura espiritual e intelectual proporcional ao seu carácter”, além da longanimidade, da paciência e da perseverança. Assim, considerou que tanto D. Aquino, visto como um intelectual, e D. José Maurício, por valorizar o luxo e a ostentação, não se adequavam à realidade local, não eram bispos-missionários, devendo ser transferidos para outras sedes episcopais. D. Galibert, ao contrário, foi elogiado por “cumprir perfeitamente as suas funções”. Ao conhecer melhor o cenário religioso de Mato Grosso, considerou que a proposta de D. José Maurício não deveria ser viabilizada e recomendou que ele fosse transferido da diocese de Corumbá para o bem das almas e da Igreja Católica (RÉNAUD, 1926, p. 63).

Por fim, Rénaud concluiu que, de todas as províncias eclesiásticas visitadas no Brasil, a de Cuiabá era “a mais digna de atenção, devido às dificuldades que lhe são próprias e às necessidades de todo o tipo que exigem remédios eficazes e urgentes” (RENAUD, 1926, p. 62). Considerou também que foi prematura a sua criação, em 1910, por erigir duas dioceses sufragâneas com grande extensão territorial, sem clero e patrimônio, com pequeno número de paróquias e desprovida de meios para o sustento dos bispos (LE BRESIL, 1924-1925). A partir dessas considerações, defendeu que “teria sido mais eficaz ter criado prefeituras apostólicas, confiadas às congregações religiosas, para preparar as condições para posterior elevação à condição de dioceses”. Diante desse cenário, afirmou que a província eclesiástica de Cuiabá não seria “capaz de se desenvolver sem uma ajuda extraordinária e urgente”. Outros problemas eram a divisão territorial das dioceses, que considerou “imperfeita”, e as dúvidas sobre os limites territoriais, pois inexistiam mapas seguros (RÉNAUD, 1926, p. 62-63).

Como solução para o “estado de languidez” da província eclesiástica de Mato Grosso, Rénaud propôs a expansão das paróquias, o provimento daquelas consideradas vacantes, a realização de visitas missionárias a povoados distantes das sedes paroquiais, o ensino do catecismo, o incremento da imprensa católica, a reorganização dos limites das dioceses e a criação de prefeituras apostólicas. Com isso, pretendia alcançar resultados práticos na expansão do catolicismo e no atendimento às populações que estavam sem assistência religiosa. Ele acreditava que o ano de 1926, momento de celebração centenário da criação da diocese de Cuiabá, seria propício para realizar o reordenamento da província eclesiástica. Apesar de considerar essa uma tarefa “fácil de realizar”, elencou alguns desafios, uma vez que a reordenação deveria ser proposta pelo episcopado mato-grossense, porém acreditava que o arcebispo D. Aquino estava indeciso quanto à questão, D. Galibert era “tímido” e não tomaria nenhuma iniciativa, e D. José Maurício teria “perdido todo o entusiasmo” (RÉNAUD, 1926, p. 62-63).

Diante disso, Rénaud questionava-se: “Então, quem cuidará deles eficazmente?” Como alternativa, pensou num acordo entre os terciários franciscanos e os salesianos, mas, para isso, seria necessário superar as divergências entre eles, como as que motivaram a saída dos terciários franciscanos da cidade de Cuiabá. Ele acreditava que a criação de prefeituras apostólicas poderia uni-los, pois ambos defendiam a assistência religiosa aos indígenas, além da necessidade de “chegar antes dos hereges”, isto é, os protestantes. Rénaud, assim, sem solução para a resolução do problema, afirmou que somente “a prudência e a experiência da Santa Sé conseguiria superar estas dificuldades”, ou seja, o reordenamento da província eclesiástica deveria ser decidido no âmbito da Santa Sé e negociado com o episcopado mato-grossense (RÉNAUD, 1926, p. 62-63).

Antes disso, em setembro de 1925, D. Galibert havia escrito três correspondências ao superior geral da Terceira Ordem Regular de São Francisco, Giovanni Luigi Bourdoux, abordando suas angústias com relação às propostas apresentadas por Rénaud. Ele acreditava que a fusão das dioceses iria agravar as dificuldades econômicas, uma vez que D. Cirilo e D. José Maurício teriam encontrado dificuldades e elas sequer foram solucionadas, e que a sua transferência seria “muito pior” (BIENNÈS, 1987, p. 136). Ou seja, permaneceriam os problemas estruturais da Igreja em Mato Grosso: a falta de recursos financeiros e de pessoal. Em uma correspondência para D. Aquino, datada de 6 de janeiro de 1926, D. Galibert manifestou suas preocupações e angústias em relação ao projeto de reorganização das dioceses de Mato Grosso. Afirmou também que tinha ficado perplexo e sem ação ao ser surpreendido com a tal proposta, declarando que “não achei nada a lhe dizer” (BIENNÈS, 1987, p. 137). Ao refletir sobre a questão, entretanto, a considerou inadequada, pois a fusão das dioceses não melhoraria a escassez de rendas, mas, ao contrário, agravaria os problemas da assistência religiosa à população, devido às grandes distâncias geográficas e à carência de clero.

Além disso, ele revelou-se relutante quanto à transferência para Corumbá, pois ficaria privado da vida conventual, sendo essa possibilidade vivenciada como um “sacrifício” e um “pesadelo”, porém estava disposto a submeter-se às decisões da Santa Sé (BIENNÈS, 1987, p. 137).

Bourdoux, frente à gravidade da situação, deslocou-se de Paris para Roma para negociar diretamente com o prefeito da Sagrada Congregação Consistorial. O objetivo era apresentar a contraproposta de D. Galibert, que contemplava duas alternativas: manter a diocese de Cáceres e erigir a prelazia de Guajará-Mirim, desmembrando parte do território da diocese de Cáceres, que poderia ser administrada pelos terciários franciscanos. Por fim, solicitou a Santa Sé que concedesse um indulto a D. Galibert para residir em Cáceres e que o seu sucessor assumisse o posto em Corumbá (BIENNÈS, 1987, p. 135-136). Ele considerou que a fusão dos territórios das dioceses foi conjecturada pelo fato de D. Cirilo e D. José Maurício terem encontrado dificuldades na administração da diocese e por não terem conseguido resolver os seus principais problemas (BIENNÈS, 1987, p. 136).

Em 1927, a Sagrada Congregação Consistorial reuniu vários pontos de vista sobre o projeto de fusão das dioceses de Cáceres e Corumbá, que foram encaminhados a Egídio Lari para que ele propusesse “soluções práticas” (DE LAI, 1927). Para Egídio Lari (1927c, p. 5), o cenário religioso da província eclesiástica de Cuiabá era “lamentável”, sendo observados, além da inexistência de patrimônios diocesanos e de seminários, a escassez de clero e de recursos e o avanço do protestantismo em Mato Grosso. Ao ponderar sobre a criação das dioceses de Cáceres e Corumbá, ele mencionou que a principal justificativa teria sido “o das distâncias”, uma vez que em Mato Grosso as “paróquias eram distantes uma das outras, aproximadamente oito dias a cavalo”. Os padres viviam sós, isolados dos confrades e distantes do controle episcopal, “sem poder se confessar, sem ajuda, no meio de uma população pouco instruída e moralmente frouxa, estaria em constante perigo. Nunca vendo o bispo, que tipo de vida levaria?” (LARI, 1927c, p. 5). Em decorrência, contrapôs-se a remoção de D. Galibert para Corumbá, pois aumentaria as distâncias geográficas entre a sede episcopal e as paróquias, dificultando ainda mais a vigilância e o controle do clero.

Na opinião de Egídio Lari, a extinção da diocese de Cáceres seria “um dano”, assim como “não convinha uni-la a outra”. Por fim, diante das circunstâncias, elencou vários aspectos a serem considerados pela Santa Sé e ponderou que a escassez de recursos não justificava sua extinção:

Finalmente, deve-se acrescentar que, quando a Santa Sé cria uma diocese, antes de suprimi-la ou adicioná-la a outra, deve considerar quais os meios para preservá-la e quais as razões que se opõem ao ato de supressão ou de união. Acredito que será possível prover melhor as almas desse vasto território, que tem comunicações tão

difíceis, se a diocese permanecer ereta e não for suprimida.

Sua pobreza é a causa da sua precariedade; mas essa não é a única causa, mas a mais importante. Feito o patrimônio diocesano as coisas mudarão. A Sagrada Congregação Consistorial examinará a questão e decidir se as minhas propostas devem ser levadas em consideração ou não (LARI, 1927c, p. 5-6).

O parecer contrário também foi baseado no relatório de Rénaud, que teceu vários elogios ao perfil missionário de D. Galibert. Segundo Egídio Lari (1927c, p. 10), a “atividade missionária exemplar deste prelado e dos seus confrades desaconselhava a sua transferência para Corumbá”, sobretudo devido à disposição de D. Galibert em renunciar caso fosse transferido. Outro inconveniente seria o fato de que na diocese de Corumbá atuariam apenas religiosos salesianos, os quais “não aceitariam estar subordinados a um bispo franciscano”. Egídio Lari mencionou, inclusive, as conclusões de Rénaud, pois, segundo ele, os desentendimentos entre os franciscanos e os salesianos motivaram a saída dos franciscanos da cidade de Cuiabá. Em função disso, acreditava que era preciso “temer, como muito provavelmente ocorrerá, a renovação dos mal-entendidos e rivalidades citadas pelo padre Rénaud. Teríamos, é verdade, um bispo franciscano cujas qualidades são bem diferentes do outro [D. Aquino]; mas não devemos desconsiderar o elemento humano dos religiosos das duas congregações” (LARI, 1927c, p. 10-11).

Egídio Lari (1927, p. 5), por fim, concluiu que a alternativa mais viável seria auxiliar a diocese de Cáceres para que ela superasse as dificuldades econômicas e constituísse um patrimônio diocesano e meios de obter o sustento do bispo e dos padres. Para ele (1927, p. 4), a “pobreza da diocese era inegável e – [era preciso] constituir um patrimônio”. Assim, sugeria que D. Galibert realizasse viagens à Europa e aos estados do Rio de Janeiro e São Paulo para arrecadar doações. Outra proposta era que as dioceses mais ricas de São Paulo doassem mensalmente quantias em dinheiro. Para exemplificar, citou o caso da diocese de Botucatu, que teria uma renda mensal de quinhentos contos de réis (500:000\$000) e poderia doar cinco contos de réis (R\$ 5:000\$000). A diocese de Campinas, com um patrimônio de duzentos contos de reis (200:000\$000), poderia doar mensalmente cinco contos (R\$ 5:000\$000) sem que suas finanças fossem afetadas. Para facilitar as atividades pastorais defendeu também a criação da prelazia de Diamantino, que iria incorporar parte do seu território (LARI, 1927c, p. 4). Sobre a transferência de D. Galibert para Corumbá, defendeu “que [era] melhor não executá-la” (LARI, 1927c, p. 15). No caso de D. José Maurício, era favorável à sua renúncia ao posto de bispo ou à sua transferência para outra diocese, para o bem das almas e da Igreja Católica (LARI, 1927c, p. 3-4). Posteriormente, Egídio Lari comentou com Gaetano De Lai que não teve mais notícias do projeto de extinção da diocese de Cáceres e da transferência de D. Galibert, analisada por Rénaud, “porque, quando ele falou comigo sobre as condições religiosas de

Mato Grosso, *não mencionou sobre isso*” (LARI, 1927c, p. 11, grifo meu).

Neste contexto, a proposta de D. José Maurício foi inviabilizada pelo grande prestígio e admiração que D. Galibert conquistou junto aos representantes pontifícios e na sociedade brasileira, sendo retratado como um bispo calmo, afável, cordial, de moral ilibada, um “abalizado missionário, cujas virtudes e amor ao sublime apostolado tudo promete à sua diocese” (A SAGRAÇÃO..., 1915, p. 1). Desde a sua chegada em Cuiabá, em 1905, conquistou, como padre, professor e, posteriormente, como bispo e missionário, grande prestígio e respeito da população e das autoridades mato-grossenses, que destacavam a sua “modéstia” e “bondade”, suas “peregrinas virtudes”, “prudência”, “bondade”, a “extrema simplicidade”, seu “grande saber” (1º BISPO..., 1915, p. 1; D. FREI..., 1915, p. 1).

As imagens de D. José Maurício, ao contrário, eram predominantemente negativas, ele era considerado um bispo irascível, descomprometido, ausente, mau administrador, sem aptidão à vida missionária, que valorizava o conforto e o luxo e que odiava residir na cidade de Corumbá, sede do bispado. Essas características desabonavam a sua gestão episcopal e a sua posição hierárquica. Seus pronunciamentos negativos sobre o processo civilizatório de Mato Grosso e o atraso religioso da diocese, suas exigências para assegurar o seu *status* social e o abandono da administração diocesana criaram um ambiente de antipatia em torno dele. A rejeição aumentou gradativamente até explodir em rixas e tensões que ecoaram pela imprensa de Mato Grosso, quando vários jornais publicaram artigos injuriosos sobre ele. Por toda a diocese ecoavam comentários sobre a extrema avareza e a ganância de D. José Maurício, os constantes pedidos de dinheiro e a referência, frequente, às riquezas das famílias de Mato Grosso (LETTERA, 1926, p. 8-11).

Gaetano De Lai também expressou sua preocupação sobre a conduta e a má administração de D. José Maurício. Entre elas, destacou as ausências constantes da sede episcopal, tendo uma delas durado 12 meses, ainda que justificada e concedida por motivos de saúde; a hostilidade do povo em relação ao seu comportamento pessoal e à sua autoridade; as sucessivas críticas dos salesianos e da população à sua gestão e a expansão do protestantismo e do espiritismo na região. Assim, Egídio Lari foi aconselhado, para o bem das almas e da Igreja Católica, impor a renúncia ou transferir D. José Maurício para outra diocese (DE LAI, 1926).

D. José Maurício, após uma “longa e cordial” reunião com Egídio Lari, recusou a renúncia, mas concordou com sua transferência, que foi justificada por motivos de saúde e pelas condições materiais e religiosas da diocese (LARI, 1927a). Para reverter o cenário religioso desfavorável em Corumbá, Lari decidiu nomear um administrador apostólico, que pertencesse à congregação salesiana e que se dedicasse à formação de um patrimônio diocesano. Para ocupar o cargo, foi indicado Pedro Massa, que na época era o administrador apostólico das prelazias de Rio Negro e

Porto Velho (LARI, 1927a).

D. José Maurício foi transferido para a diocese de Bragança Paulista, em São Paulo, em 4 de fevereiro de 1927. D. Aquino, ao tomar conhecimento da transferência de D. José Maurício e da nomeação de Pedro Massa, endossou as decisões da Santa Sé e afirmou que com as mudanças “as coisas se possam encaminhar melhor” na província eclesiástica de Cuiabá (PROGETTO, 1927). Massa, ao percorrer a diocese, afirmou também que não ouviu qualquer elogio a D. José; ouviu sim palavras duras, chacotas e mesmo expressões de ódio (LETTERA, 1926).

Quanto ao projeto da prelazia de Guajará-Mirim, Egídio Lari deu parecer negativo por considerar que a assistência religiosa às populações indígenas da região Norte de Mato Grosso tinha sido viabilizada com a criação da prelazia de Porto Velho e seria aprimorada com a futura prelazia de Diamantino (LARI, 1927c, p. 10). O projeto da prelazia de Diamantino teve quatro reformulações em razão das objeções feitas por Egídio Lari ao tomar conhecimento do número de habitantes, que considerou “pouco numeroso” – 4.475 habitantes, sem considerar os indígenas (LARI, 1927b). Posteriormente, D. Aquino incorporou parte do território da prelazia de Porto Velho e da diocese de Cáceres, mas a proposta foi rejeitada por Pedro Massa, que alegou ser a região a mais salubre da prelazia. Em decorrência, o arcebispo redefiniu que o território seria constituído com a paróquia de Diamantino e parte da paróquia de Vila Bela, que pertencia a diocese de Cáceres (MARIN, 2023b).

D. Galibert, por sua vez, colocou objeções ao projeto de D. Aquino, por não incorporar a região do rio Guaporé, que continuaria sob a jurisdição da prelazia de Porto Velho e, diante disso, continuava defendendo a criação da prelazia de Guajará-Mirim. Posteriormente, após um encontro entre D. Galibert e D. Aquino, o arcebispo percebeu as falhas no projeto e passou a defender a criação das duas circunscrições eclesiásticas. De acordo com D. Galibert, a região entre o rio Juruena e a Cordilheira dos Parecis não estava incorporada a nenhuma das jurisdições eclesiásticas de Mato Grosso:

[...] a paróquia de Diamantino chegava somente até o rio Juruena. Um grande espaço de terra sobrava, pois entre o Juruena e Cordilheira dos Parecis que não estaria na jurisdição de ninguém. Propunha que esta região ou fosse acrescentada à futura Prelazia de Guajará-Mirim ou à antiga paróquia de Diamantino, ao tornar-se Prelazia (BIENNÈS, 1987, p. 154).

D. Galibert defendia que a região de Guajará-Mirim era povoada por indígenas, que a região estaria excluída da assistência religiosa pelo prelado de Porto Velho, e que a criação da prelazia de Diamantino iria “formar um enclave separado da diocese de Cáceres e ligado a ela por uma estreita facha de terra” (BIENNÈS, 1987, p. 156). D. Aquino, diante dos conflitos de interesse, redefiniu

novamente o projeto da prelazia de Diamantino ao restringir seu território à paróquia de Diamantino, que pertencia à arquidiocese de Cuiabá (MARIN, 2023b).

A mudança de posicionamento viabilizou a criação da prelazia de Guajará-Mirim, que foi erigida pelo papa Pio XI, por meio da bula *Animarum Cura*, de 1 de março de 1929, com o objetivo de dinamizar a catequese das populações indígenas e dos seringueiros. Assim, em 22 de março de 1929, foi criada, pela Bula *Cura Universae Ecclesiae*, de Pio XI, a *Praelatura Nullius Adamantea*. A prelazia de Guajará-Mirim foi administrada pelos terciários franciscanos e a de Diamantino pelos jesuítas.

Considerações finais

Os projetos de reordenamento da província eclesiástica de Cuiabá geraram divergências e embates em torno de diferentes propostas de controle e gestão dos territórios eclesiásticos, das populações e de intervenções na sociedade. Não existia coesão ou comunhão de interesses entre o episcopado, as congregações e ordens religiosas e os representantes pontifícios. Algumas propostas, como a do bispo de Corumbá, D. José Maurício, eram conflitantes e ameaçavam o progresso das reformas católicas e a expansão institucional. Esses entendimentos dos problemas de gestão das dioceses partiam de uma postura crítica da própria Santa Sé.

A *biopolítica* da Igreja Católica também voltava-se para o episcopado, sujeito a análises, reflexões e avaliações. Estas consideravam aspectos como o perfil moral, intelectual, saúde física e mental, além de suas habilidades para gerenciar a diocese, incluindo zelo, capacidade administrativa e empreendedora. O intuito era adaptar o perfil dos bispos às condições materiais e religiosas de cada circunscrição eclesiástica. Na diocese de Corumbá, os representantes pontifícios estavam convencidos de que, para um controle e gestão mais efetivos do clero e da população, era imperativo nomear um bispo salesiano, uma vez que a maioria do clero pertencia a essa congregação. Quando a gestão do território e das populações estava comprometida, como foi o caso de D. José Maurício, prejudicando a própria instituição, a Santa Sé abordava essa questão de duas maneiras: impondo a renúncia ou a transferência para outra diocese.

A conduta de D. José Maurício suscita uma reavaliação das concepções idealizadas sobre os bispos, desafiando a noção de que estariam automaticamente alinhados às políticas da Santa Sé e dedicados a reformar o catolicismo no Brasil. Coube aos representantes pontifícios e a Sagrada Congregação Consistorial negociar, contornar as divergências de interesses, corrigir os erros de políticas anteriores da Santa Sé e propor soluções. A diplomacia vaticana atuou para conciliar os diversos pontos de vista e aprimorar os exercícios de poder sobre os territórios eclesiásticos e suas populações, que foram alvos e instrumentos de novas relações de poderes e de saberes.

A expansão institucional da Igreja Católica em Mato Grosso enfrentou ameaças em 1910, inicialmente com a proposta dos carmelitas de suprimir a recém-criada diocese de Corumbá. Em seu lugar, propuseram erigir um vicariato ou prefeitura apostólica, com o objetivo de atuarem com exclusividade em seu território. A proposição, porém, não foi aceita por comprometer a expansão institucional em Mato Grosso, suprimindo uma diocese, hierarquicamente superior a uma prefeitura apostólica. E mais tarde, com as propostas de D. José Maurício, que pretendia extinguir a diocese de Cáceres e anexar o seu território à diocese de Corumbá, para ser regida pelo bispo de Cáceres. Com isso, ele pretendia viabilizar sua transferência para outra diocese.

Os conflitos que D. José Maurício criou com os representantes pontifícios, com o clero e com os mato-grossenses, entretanto, colocavam em jogo o futuro e a expansão da Igreja Católica em Mato Grosso. Sua proposta de reordenação da província eclesiástica de Cuiabá recebeu pareceres contrários, uma vez que comprometia o andamento das reformas católicas propostas pela Santa Sé e a expansão institucional da Igreja Católica e criava tensões entre os membros do episcopado e desses com a Santa Sé. Seu desempenho como bispo o desabonava e tirava-lhe a autoridade para propor reformas. A Santa Sé decidiu impor a renúncia ou a transferência de D. José Maurício para Bragança Paulista, dadas as hostilidades que criou com o clero e os diocesanos. Quanto aos futuros bispos de Corumbá, houve consenso de que deveriam ser membros da congregação salesiana, sendo escolhidos padres com um perfil empreendedor e missionário.

As propostas de reordenamento da província eclesiástica de Cuiabá, de 1910 e 1925, não foram aceitas pela Santa Sé, que deu continuidade à expansão institucional em Mato Grosso, com a criação das prelazias de Guajará-Mirim e Diamantino, em 1929. As preocupações eram outras: a expansão do protestantismo e do espiritismo no Brasil e em Mato Grosso e as disputas pela tutela e gestão das populações indígenas entre a Igreja e o Estado, após a criação das políticas indigenistas e do Serviço de Proteção ao Índio.

Deve-se destacar a atuação diplomática dos representantes pontifícios que procuravam conhecer as singularidades do cenário religioso de cada região e os interesses envolvidos nas propostas do episcopado a fim de tomar decisões que não apenas preservassem os interesses institucionais e a unidade do episcopado, mas também evitassem conflitos entre a hierarquia eclesiástica e dessa com a Santa Sé. A experiente diplomacia vaticana procurava trazer novas vozes, experiências e entendimentos para embasar as suas decisões, que eram constantemente revisadas e aprimoradas. Como resultado, houve um incremento das circunscrições eclesiásticas na Província Eclesiástica de Cuiabá, que passou a contar com uma arquidiocese, duas dioceses e três prelazias, e a hierarquia eclesiástica com um arcebispo, três bispos e dois prelados.

A expansão e reorganização das circunscrições eclesiásticas em Mato Grosso e no Brasil

aumentavam a influência da Igreja na sociedade, intensificavam o controle e gestão dos territórios, assim como o enquadramento do clero e o ordenamento das populações. As tecnologias do poder pastoral serviam para disciplinar, normalizar e organizar a sociedade; dessa forma, a Igreja colaborava com o Estado na organização biopolítica da sociedade brasileira. Para as elites e os governos municipais, estaduais e federal, o aumento do número de circunscrições eclesiásticas também era um indício do avanço do processo civilizador.

Referências

- BIENNÈS, Máximo. *Uma Igreja na fronteira*, São Paulo: Loyola, 1987.
- COMETTI, Pedro. *Dom Aquino Corrêa - Arcebispo de Cuiabá: vida e obra*. Brasília: Gráfica do Senado, 1994.
- CRUZ, Felisberto Samoel da. *Arquidiocese de Cuiabá: história e vida (1910-2010)*. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2012.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GALETTI, Lylia S. G. *Sertão, fronteira, Brasil: imagens de Mato Grosso no mapa da civilização*. Cuiabá: EdUFMT, Entrelinhas, 2012.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Editora da Unicamp, Campinas, 1990.
- MARIN, Jérri Roberto (org.). *Circunscrições eclesiásticas católicas no Brasil: articulações entre Igreja, Estado e sociedade*. Campo Grande: Editora da UFMS, 2021a. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/3660>. Acesso em: 6 dez. 2021.
- MARIN, Jérri Roberto. *A Igreja Católica em terras que só Deus conhecia: o acontecer e “desacontecer” das reformas católicas na fronteira do Brasil com o Paraguai e a Bolívia*. Campo Grande, Ed. UFMS, 2009.
- MARIN, Jérri Roberto. O nuncio Alessandro Bavona e a criação da Província Eclesiástica de Cuiabá em 1910. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 26, p.539 - 568, 2021b. DOI <https://orcid.org/0000-0003-0882-1359> Acesso em: 6 dez. 2022.
- MARIN, Jérri Roberto. A criação da prelazia de Registro do Araguaia em 1914: as ofensivas da Santa Sé frente ao Serviço de Proteção ao Índio. *Revista de História*, São Paulo, n. 181, p. 1-30, 2023a. DOI <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2022.186308> Acesso em: 11 jan. 2024.
- MARIN, Jérri Roberto. A Santa Sé e a criação da prelazia de Diamantino em Mato Grosso (1929). *Revista de História da UEG*, Morrinhos, n. 12. v. 2, p. e222-301, 2023b. DOI

<https://doi.org/10.31668/revistaueg.v12i2.13566> Acesso em: 11 jan. 2024.

WILMAR, Santi. *A missão carmelita em Corumbá entre sonho e realidade (1908-1914)*. Roma: Edizioni Carmelitane, 2009.

Fontes

1º BISPO de São Luiz de Cáceres. Empolgante manifestação. *A Cruz: órgão da “Liga Catholica Brasileira” de Matto Grosso*, ano V, n. 216, 28 fev. 1915, p. 1;

A SAGRAÇÃO de D. frei Luiz Maria Galibert. *A Cruz: órgão da “Liga Catholica Brasileira” de Matto Grosso*, ano VI, n. 239, 21 ago. 1915, p. 1.

AVERSA, 1914. (Archivio Apostolico Vaticano), Indici 1153, A.N.B. (Fondo della Nunziatura Apostolica in Brasile), Busta 142, Fascicolo 713. Carta do frei Serafão de Lange para Giuseppe Aversa, 17 mai. 1914;

BAVONA, 1910a. A.A.V., Indici 1153, A.N.B., Busta 122, Fascicolo 601. Cartas de Alessandro Bavona para Raffaele Merry Del Val, 4 jul. 1910 e 6 out. 1910, (tradução nossa).

BAVONA, 1910b. A.A.V., Indici 1153, A.N.B., Busta 122, Fascicolo 601. Carta de Alessandro Bavona para Raffaele Merry Del Val, 6 out. 1910, (tradução nossa).

BAVONA, 1911 A.A.V., Indici 1153, A.N.B., Busta 123, Fascicolo 610. Carta de Alessandro Bavona para D. Carlos Luiz d’Amour, de 19 mar. 1911.

CACERES EM FESTA. *A Cruz: órgão da Liga do Bom Jesus*, ano XXX, n. 1.452, 18 ago. 1940, p. 1.

CHOVELON, 1927. Arquivo Salesiano (A.S.). Carta do padre Hypólito Chovelon, 20 abr. 1927.

CORTESE, 1920. A.A.V., Indici 1153A, A.N.B., Busta 167, Fascicolo 907. Carta de Fellipo Cortese para D. José Maurício, 19 set. 1920.

D. FREI Luiz Maria Galibert – Bispo nomeado de S. Luiz de Cáceres. *A Cruz: órgão da “Liga Catholica Brasileira” de Matto Grosso*, ano V, n. 213, 7 fev. 1915, p. 1.

D. LUIZ Maria Galibert. *A Cruz: juxta crucem jesu mater ejus*, ano LVI, n. 2.785, 25 dez. 1966, p. 2.

DE LAI, 1926. A.A.V., Indici 1153A, A.N.B., Busta 188, Fascicolo 1065. Carta de Gaetano De Lai para Egidio Lari, de 6 dez. 1926.

DE LAI, 1927. A.A.V., Indici 1153A, A.N.B., Busta 195, Fascicolo 1131. Carta de Gaetano de Lai para Egidio Lari, de 4 abr. 1927.

DEL VAL, 1911. A.A.V., Indici 1153, A.N.B., Busta 123, Fascicolo 610. Telegrama de Raffaele Merry Del Val para Alessandro Bavona, 14 mar. 1911.

FREITAS, 1914a. A.A.V., Indici 1153, A.N.B., Busta 142, Fascicolo 713. Carta de D. Cirilo de

Paula Freitas para Giuseppe Aversa, 16 mar. 1914.

LAI, 1911. Segreteria di Stato (SS), S.RR.SS., Archivio Storico (AS), Congregazione degli Affari Ecclesiastici Straordinari (AA.EE.SS.), Brasile III, Anno 1911, Rubrica 251, Fascicolo 4. Carta de Gaetano de Lai para Alessandro Bavona, 4 fev. 1911; Carta de Gaetano de Lai para o procurador dos Carmelitas Calçados, 4 fev. 1911, (tradução nossa).

LANGE, 1914. A.A.V., Indici 1153, A.N.B., Busta 142, Fascicolo 713. Carta do frei Serafão de Lange para D. Giuseppe Aversa, 17 mai. 1914; Carta de D. Cirilo de Paula Freitas para D. Giuseppe Aversa, 26 abr. 1914.

LARI, 1927a. A.A.V., Indici 1153A, A.N.B., Busta 188, Fascicolo 1065. Carta de Egidio Lari para Gaetano De Lai, de 8 jan. 1927.

LARI, 1927b. A.A.V., Indici 1153A, A.N.B., Busta 196, Fascicolo 1171. Progetto della prelatura di Diamantino. Carta de Egidio Lari para Gaetano De Lai, 7 jul. 1927 (tradução nossa).

LARI, 1927c. A.A.V., Indici 1153A, A.N.B., Busta 195, Fascicolo 1131. Carta de Egídio Lari para Gaetano de Lai, 14 jul. 1927.

LE BRÉSIL, 1924-1925. A.A.V., Indici 1153A, A.N.B., Busta 173bis, Fascicolo 953. Le Brésil catholique Rapport Général et Etude Synthétique par le Visiteur E. R. P. Marcel Rénaud S. J. 1924-1925.

LETTERA, 1926. Arquivo da Diocese de Corumbá (A.D.C.), Lettera alla Nunziatura Apostolica. *In*: Livro Tombo da diocese de Corumbá, Rio de Janeiro, 30 dez. 1926, p. 8-11.

MULDERMAN, Canisio. Carta de frei Canisio Mulderman para Humberto Driessen, 15 abr. 1912 *apud* CRUZ, Felisberto Samoel da. *Arquidiocese de Cuiabá: história e vida 1910-2010*. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2012, p. 224.

MUNDANIDADES. Viajantes. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XLVIII, n. 214, 25 set. 1923, p. 4.

NO LIVRAMENTO, *A Cruz: órgão da 'Liga Catholica' da arquidiocese*, Cuiabá, ano XVI, n. 696, 11 out. 1925, p. 2.

O BRASIL DESCONHECIDO. A obra notável de Dom Mauricio da Rocha. Applausos unânimes do episcopado brasileiro. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XLVIII, n. 242, 27 out. 1923d, p. 3.

O BRASIL DESCONHECIDO. Echos da entrevista de Dom Mauricio da Rocha. O Sr. conde Affonso Celso e a sua impressão. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XLVIII, n. 238, 23 out. 1923c, p. 2.

O BRASIL DESCONHECIDO. O sul de Matto Grosso através da palavra de um bispo. Dom José Mauricio da Rocha fala à Gazeta - sacrifícios e abnegação de um prelado. *Gazeta de Notícias*, Rio

de Janeiro, ano XLVIII, n. 218, 29 set. 1923a, p. 1, 4.

OS ÉCOS DE UMA ENTREVISTA. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XLVIII, n. 220, 2 out. 1923b, p. 1

Pio X. Sapienti Consilio. 29 jul. 1908. Disponível em:

https://www.vatican.va/content/pius-x/la/apost_constitutions/documents/hf_p-x_apc_19080629_sapienti-consilio-index.html. Acesso em 25 mai. 2022.

PROGETTO, 1927. A.A.V., Indici 1153A, A.N.B., Busta 196, Fascicolo 1171. Progetto della prelatura di Diamantino. Carta de D. Francisco de Aquino Corrêa para Egidio Lari, 14 mar. 1927.

RAPPORT, 1925. A.A.V., Indici 1153A, A.N.B., Busta 188, Fascicolo 1065. Rapport sur la Province Ecclesiastique de Cuyabá (Provincia Ecclesiast. Cuyaben.). Chapitre troisieme. Information sur le Diocèse de Corumbá. Traduction d'une lettre de Mgr. José M. Rocha au Visiteur Apostolique, 29 jul. 1925, (tradução nossa).

RENAUD, 1925. A.A.V., Indici 1153A, A.N.B., Busta 173 bis, Fascicolo 948. Carta de Marcello Rénaud para Egidio Lari , de 7 out. 1925.

RENAUD, 1926. A.A.V., Indici 1153A, A.N.B., Busta 173bis, Fascicolo 953. Marcel Rénaud - .Rapport sur la province ecclesiastique de Cuyabá (Provincia Ecclesiast. Cuyaben). p. 43-68.

ROCHA, 1924a. A.D.C. Carta de D. José Maurício da Rocha, 8 out. 1924.

ROCHA, 1924b. A.D.C. Carta de D. José Maurício da Rocha, 28 out. 1924.

ROCHA, 1925a. A.D.C. Carta de D. José Maurício da Rocha, 13 fev. 1925.

ROCHA, 1925b. A.D.C. Carta de D. José Maurício da Rocha, 17 mar. 1925.

ROCHA, 1925c. A.D.C. Carta de D. José Maurício da Rocha, 25 maio 1925.

ROCHA, 1925d. A.A.V., Indici 1153A, A.N.B., Busta 173bis, Fascicolo 953. Marcel Rénaud - .Rapport sur la province ecclesiastique de Cuyabá (Provincia Ecclesiast. Cuyaben). Carta de D. José Maurício da Rocha a Marcello Rénaud, 29 jul. 1925. p. 65-67.

ROCHA, 1925e. A.A.V., Indici 1153A, A.N.B., Busta 173bis, Fascicolo 953. Marcel Rénaud - .Rapport sur la province ecclesiastique de Cuyabá (Provincia Ecclesiast. Cuyaben). Carta de D. José Maurício da Rocha a Marcello Rénaud, 15 nov. 1925. p. 67-68.

ROCHA, José Maurício da. *Carta Pastoral de Dom José Maurício da Rocha – Bispo de Corumbá - Saudando aos seus diocesanos*. Maceió: Typographia da Livraria Fonseca, 1919a.

ROCHA, José Maurício da. *Segunda Carta Pastoral de Dom José Mauricio da Rocha – Bispo de Corumbá – Sobre o patrimonio da diocese*. Corumbá: Typographia Sequeira & Cia, 1919b.

SEGUNDAS CONFERENCIAS Episcopais da Província Eclesiástica de Cuiabá. *A Cruz: órgão da Liga Bom Jesus*, Cuiabá, ano XXX, n. 1.420, 24 dez. 1939, p. 1.

VINTE E CINCO ANOS. *A Cruz: órgão da Liga de Bom Jesus*, ano XXX, n. 1.453, 25 ago. 1940,

MARIN, Jérri Roberto. A Santa Sé e os projetos para reorganizar as dioceses na província eclesiástica de Cuiabá (1910- 1927)

p. 1.

VISITA, 1926. A.A.V., Indici 1153, A.N.B., Busta 173bis, Fascicolo 952. Sacra Congregazione Concistoriale, Brasile, Visita apostolica, jul. 1926, p. 4-5.